

A temática do desenvolvimento sustentável vem há muito se destacando nos debates internacionais, sempre com foco no que as próximas gerações receberão de herança da geração que agora usufrui dos recursos existentes. No mercado privado, diante do surgimento de legislações ambientais e da notável demanda da sociedade por ações que visem a preservação do ambiente e dos recursos naturais, muitas empresas passaram a adotar práticas sustentáveis em suas rotinas. Já no meio público, governantes de todos os cantos procuram, através das políticas públicas, maneiras de se adequar a essa nova realidade que toma conta do cenário mundial.

Os debates acerca do desenvolvimento sustentável emergiram na agenda global a partir da década de 1960, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). Desde então, essa temática foi amplamente discutida em diversas reuniões promovidas por essa entidade, como a Conferência de Estocolmo (1972), a Cúpula da Terra (1992), a Cúpula do Milênio (2000) e a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável (2015). O atual paradigma do desenvolvimento sustentável – pautado na Agenda 2030 e nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU – destaca a importância de valores como dignidade, equidade e coesão social, ao passo que exalta o respeito pela diversidade e a sustentabilidade ambiental. Observa-se, assim, que sustentabilidade não se resume apenas em preservação ambiental, mas também contempla as várias práticas de desenvolvimento social em áreas como educação, saúde e direitos humanos.

Há uma gama de definições existentes, vindas das diversas áreas do conhecimento, para o termo políticas públicas. No geral, elas são consideradas como os conjuntos de ações (ou até mesmo as decisões de inação), programas e atividades desenvolvidas direta ou indiretamente pelo poder público, cujo fim último se concentra na promoção do bem-estar da sociedade. A garantia de bem-estar público está diretamente relacionada à promoção da qualidade de vida e aos direitos da população, assegurados pela Constituição Federal. Em muitos casos, como no Brasil, são criadas com o intuito de promoção do desenvolvimento do país ou, especificamente, de sociedades em estado de vulnerabilidade socioeconômica.



Muitas são as questões públicas existentes nas diferentes localidades, algumas delas são consideradas como mais relevantes por parte do poder público – isso pode ocorrer devido ao apelo social, interesses políticos ou, até mesmo, por influência da mídia – e, com isso, passam a ser vistas como problemas públicos. Ao serem identificados e reconhecidos pelos agentes envolvidos na formulação de políticas públicas, os problemas entram para a agenda e são discutidos pelas diversas esferas governamentais. A partir daí, inicia-se a formulação de políticas para o enfrentamento dos problemas públicos, essas são posteriormente implementadas, avaliadas, mantidas ou, a depender de seus resultados, extintas.

Diante da forte presença da temática do desenvolvimento sustentável na agenda política mundial, percebe-se a necessidade da consideração da sustentabilidade nas ações governamentais voltadas para o bem-estar social. Sendo assim, ao adaptar uma política ou programa público já existente ou formular algo novo de acordo com os pilares do desenvolvimento sustentável, governos – tanto a nível regional quanto nacional – são capazes de garantir retornos positivos aos beneficiários de políticas específicas e também à toda sociedade, pois satisfazem as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações em fazer o mesmo. ■

Por Livia Aladim Matosinhos.



Boletim informativo do IPPDS

Diretor – Marcelo José Braga
Conselho administrativo – Leonardo Bornacki de Mattos, Magnus Luiz Emmendoerfer, Jader Fernandez Cirino, Neide Maria de Almeida Pinto
Funcionários: José Ruggiero Neto, Karinne Nogueira Galinari

Tiragem – 500
Impressão - 500

Endereço – IPPDS – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável
 Av. PH Rolfs, s/n – Viçosa/MG
 CEP: 36570-900
 E-mail: ippds@ufv.br
 Tel: (31) 3899-3980

IPPDS – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável



O IPPDS, A INTERDISCIPLINARIDADE E A UFV: UMA NOVA INICIATIVA DE ARTICULAÇÃO

O IPPDS é uma iniciativa inovadora de organização universitária, concebida para promover e articular atividades interdisciplinares em ensino, pesquisa e prestação de serviços. Conforme o seu regimento interno, cabe ao IPPDS o gerenciamento e a execução do Programa Institucional de Desenvolvimento de Pesquisas, Ensino, Extensão e Prestação de Serviços da UFV.

O Instituto surgiu de uma iniciativa conjunta dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Economia, Economia Doméstica e Economia Aplicada. Os Programas se organizaram para submeter projetos no âmbito do Programa de Modernização e Ampliação da Infraestrutura e dos Serviços de apoio à pesquisa (CT-Infra) da Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP). Os recursos para construção da infraestrutura física que abriga o Instituto foram obtidos por meio de propostas aos Editais CT-Infra de 2005 a 2007. O prédio do Instituto foi inaugurado em dezembro de 2013.

A criação do IPPDS foi motivada pelo amplo reconhecimento de que o modelo departamental de organização universitária, adotado pela UFV e estruturado segundo a lógica das “caixinhas do saber”, não tem capacidade de articular respostas adequadas aos desafios complexos da sociedade contemporânea.

Os principais problemas da atualidade, tais como a degradação

ambiental, a concentração de renda e a persistência da pobreza, apresentam desafios em múltiplas frentes de ação. O enfrentamento adequado dessas questões demanda esforços que transcendem os limites de qualquer área do conhecimento, tomadas isoladamente. São desafios multidimensionais, para os quais não existem soluções puramente técnicas, e que, em vez disso, requerem mudanças nos significados e nos valores compartilhados, nos modos de vida e convivência social, nas instituições que os representam, nos comportamentos e nas atitudes das pessoas, tanto umas em relação às outras, como em relação aos demais seres sencientes e ao conjunto da Natureza.

Partindo do reconhecimento da complexidade dos problemas contemporâneos, as ações do IPPDS focalizam o papel das Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável e das Instituições Públicas de Ensino Superior (IFES) para a solução dos problemas nacionais, em consonância com as demandas sociais. O Instituto tem a atribuição de compreender com acuidade o papel das políticas públicas, vistas como instrumento de uma necessária redução das desigualdades socioeconômicas e dos impactos ambientais das ações antrópicas, visando a preservação da base de recursos produtivos e a conservação dos ambientes naturais e dos serviços ecossistêmicos que sustentam o



Marcelo Braga, diretor IPPDS.

desenvolvimento.

A relevância da abordagem interdisciplinar e sistêmica praticada no IPPDS fica evidente em face da ineficácia dos esforços governamentais empreendidos no Brasil, na última década, no intuito de trazer solução para problemas sociais, econômicos e ambientais persistentes.

A multiplicidade de iniciativas isoladas, fragmentadas e, não raro, contraditórias, que competem entre si, é incapaz de produzir e explorar as sinergias que emergem de ações integradas, fundadas no reconhecimento das múltiplas esferas e escalas de problemas interacionados.

Para cumprir o seu papel, o IPPDS rejeita os vieses proselitistas, clientelistas e populistas, em favor de uma conduta pautada no acolhimento da pluralidade de visões e ideias e no esforço de articular, coerentemente, os diversos olhares disciplinares que o debate salutar das questões da sustentabilidade do desenvolvimento exige e merece.

Se você gosta de desafios, o IPPDS o convida a empreender conosco! ■

Eventos



Da esquerda para a direita: Evento “Universidade e Municípios: Diálogos de Governança”; I Fórum de Discussão do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável; Palestra “Bancos Públicos e Desenvolvimento Regional”.

Palavra dos ex-diretores do IPPDS

Eu, Adriano Provezano Gomes, professor do Departamento de Economia da UFV, fui o primeiro Diretor do IPPDS. Eleito pelo Conselho Científico e Administrativo, tomei posse em 19 de novembro de 2010 e dirigi o instituto até 15 de agosto de 2012.



Durante meu mandato, concentrei minhas ações na construção do edifício que abrigaria a sede do instituto, na época o grande anseio dos pesquisadores envolvidos, e que ficou paralisada durante longo período. Considerada como ação estratégica para o desenvolvimento da área de Ciências Sociais Aplicadas, a finalização das obras do edifício passou a ter caráter prioritário pela administração superior da UFV.

No intuito de formalizar o uso das futuras instalações, elaboramos o plano de ocupação da edificação e foram criadas as linhas de pesquisa, permitindo a divisão do espaço entre as diversas áreas, tanto administrativas quanto acadêmico-científicas.

Embora tenha saído da direção do IPPDS antes da inauguração da sua sede, eu pude contribuir na retomada da construção das instalações e formatação da logística de funcionamento das atividades desenvolvidas pelo instituto.

O IPPDS nasceu do esforço conjunto de um grupo de pesquisadores dos departamentos de Economia, Administração e Contabilidade, Economia Doméstica, e Economia Rural. Eu atuei como membro da Comissão Científica do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS), representando o Programa de Pós-Graduação em Administração. Fui indicada pela Comissão Científica, então formada por novo coordenador do Programa de Administração e os demais coordenadores dos Programas mencionados, para o cargo de Diretora do IPPDS, tomando posse em 13 de dezembro de 2012, em substituição ao seu primeiro diretor, Prof. Adriano Provezano Gomes. Os anos 2013-2016 foram dedicados a ações visando o funcionamento efetivo do IPPDS, sob o entendimento que este assumiria papel estratégico para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na UFV.



O pleno funcionamento do IPPDS constitui, ainda, grande desafio para os pesquisadores e gestores, os esforços ainda serão muitos e em diversas frentes. Acredito que foram dados alguns passos para realização de trabalhos multidisciplinares, e cada vez mais se torna indispensável a integração entre as diferentes áreas do conhecimento-Ciência e Tecnologia, Engenharias, Física, Química e Matemática, com as Ciências Sociais, disseminando seus saberes em benefício da sociedade brasileira, integrando seus esforços para atender as suas necessidades sociais, econômicas e políticas. ■

Processo seletivo para entrada de grupos de pesquisas no IPPDS

Encontra-se disponível na Página do Instituto, o Edital, de fluxo contínuo, para entrada de grupos de pesquisa que tenham interesse em desenvolver suas atividades em parceria com o IPPDS.

Para se inscrever, os grupos devem preencher o formulário de inscrição disponível em www.ippds.ufv.br e enviar para o e-mail do IPPDS: ippds@ufv.br.

O processo seletivo será realizado de acordo com os critérios previstos no Edital.

Tese da UFV abordando Políticas Públicas recebe prêmio em Congresso nacional

Durante o 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foi concedido ao trabalho "Three essays on the effect of rural extension in the Brazilian agricultural sector" o prêmio Edson Potsch Magalhães, de melhor tese em Economia Rural no ano de 2018. A tese foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada por Carlos Otávio de Freitas e orientada pelo Professor Marcelo José Braga, Diretor do IPPDS.

O trabalho analisou o efeito dos serviços de extensão rural no setor agropecuário brasileiro. Os resultados indicaram que, embora contribua para aumento da renda dos domicílios rurais, a extensão rural contribui para o agravamento da desigualdade de renda no país. Também, identificou-se que a escolaridade e o crédito rural explicam parte significativa das diferenças de renda entre os agricultores beneficiários e não beneficiários por esses serviços. ■



Grupos de pesquisa do IPPDS



NÚCLEO DE ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO E SOCIEDADE

Tem como objetivo estudar políticas públicas e os seus impactos para sociedade. Além disso, disponibiliza assessoria e capacitação para gestores municipais.



RENOB-MG - Rede de Enfrentamento da Obesidade em Minas Gerais

Desenvolver ações de diagnóstico, formação, gestão, avaliação e monitoramento que propiciem a construção da rede de atenção nutricional para controle da obesidade em Minas Gerais.



Economia dos Recursos Naturais e Ambientais

Compreender as relações estabelecidas entre as atividades econômicas e o meio ambiente, numa perspectiva multidisciplinar. Especial ênfase é dada à economia das mudanças climáticas e ao setor agropecuário.



LAEC/UFV - Liga Acadêmica de Estudos Sobre Criminalidade

A Liga Acadêmica de Estudos sobre Criminalidade (LAEC) objetiva despertar o interesse dos integrantes no estudo da Criminalidade, promovendo e ampliando o conhecimento do tema. Além disso, tem a finalidade de desenvolver atividades que contribuam com os cursos de graduação e de pós-graduação da UFV visando à formação profissional crítica e totalizante e fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.



Grupo de Pesquisa Análise de Políticas Públicas

Tem como objetivo realizar estudos conjuntos sobre o campo de políticas públicas, refletir, discutir e apresentar propostas relativas ao campo de estudo, examinando questões de processo e análise de políticas, formulação e implementação de políticas públicas, instrumentos políticos, mudanças e reformas de políticas, políticas e programas públicos, abrangendo uma gama de abordagens, teóricas, metodológicas e/ou empíricas.



Centro de Gestão Inteligente

Surgiu da necessidade de inovações metodológicas na prática do Georreferenciamento Urbano e Rural, no âmbito do CTM - cadastro Territorial Multifinalitário, integrando geoprocessamento, geoestatística, ciência de dados e aprendizagem de máquina. Integrado ao IPPDS, o GeoTec já possui condições operacionais e o amparo institucional para realização de seus projetos.



COOPERAR - Cooperativismo, Agricultura Familiar e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural.

O grupo de pesquisa tem como foco as áreas de cooperativismo, agricultura familiar e políticas de desenvolvimento rural, embasando diferentes políticas com finalidades diversas, mas que buscam fomentar e gerar o desenvolvimento territorial/estadual/municipal, bem como promover debates sobre questões atuais e instigar a criação de políticas públicas para o setor.